



Adufrj

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ

SEÇÃO SINDICAL

Andes-SN • Ano XIV nº 886 • 11 de maio de 2015 • Central Sindical e Popular - Conlutas

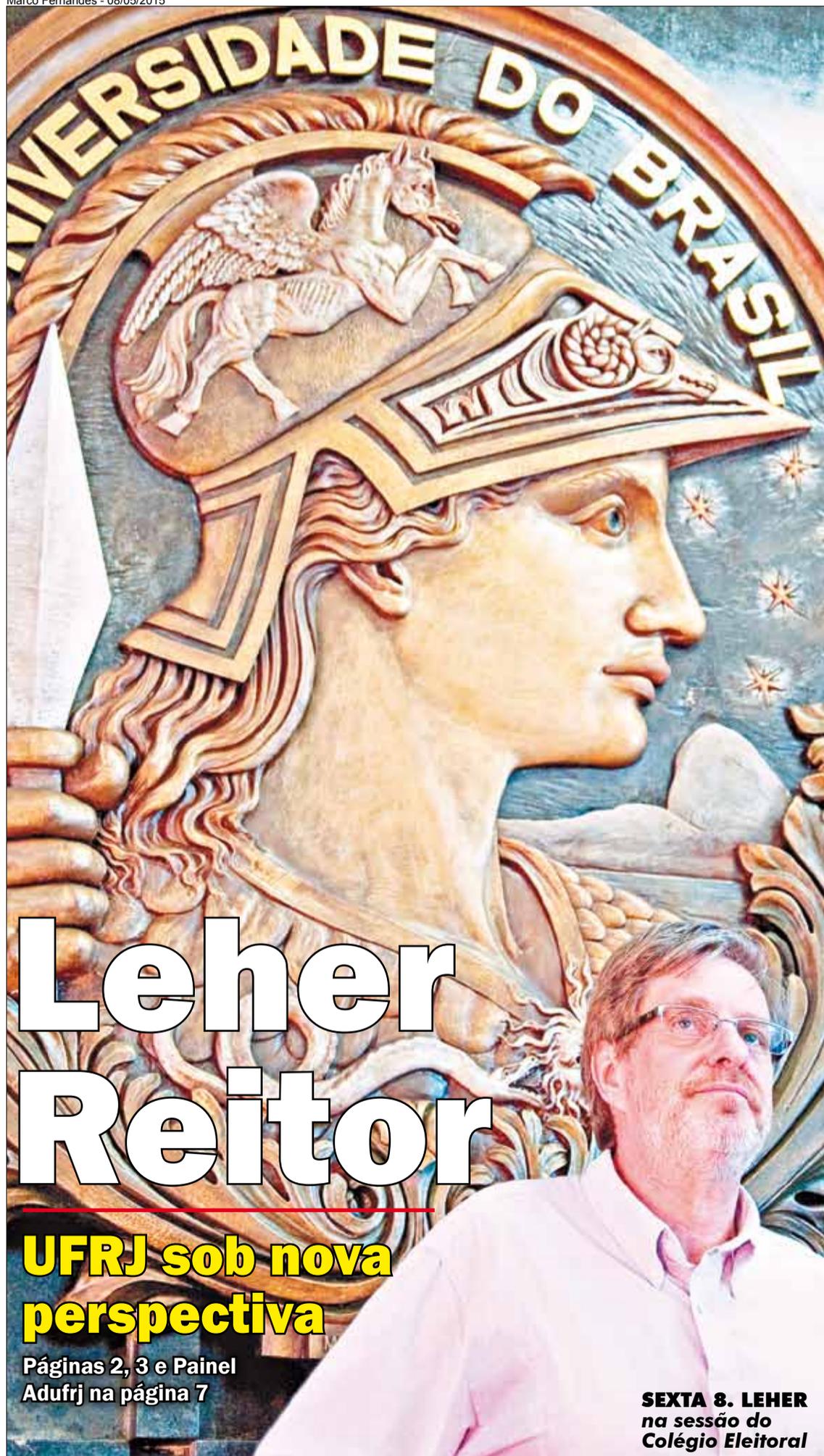


Silvana Sá - 02/05/2015

Conad: CSP-Conlutas na agenda

Página 8

Marco Fernandes - 08/05/2015



Leher Reitor

UFRJ sob nova perspectiva

Páginas 2, 3 e Painel Adufrj na página 7

SEXTA 8. LEHER
na sessão do Colégio Eleitoral

QUINTA, 14 DE MAIO Paralisação na UFRJ

Diante da ofensiva contra os direitos dos professores, Assembleia Geral da Adufrj-SSind decidiu pela paralisação na UFRJ nesta quinta-feira, 14 de maio, com assembleia, seguida de ato. Nesta data, está marcada uma reunião dos servidores públicos federais com o Ministério do Planejamento. A paralisação na UFRJ reforça o movimento nacional de mobilização contra os ataques aos trabalhadores.

Página 4

Governo ignora pauta docente

Na reunião com dirigentes do Andes-SN, o secretário do Ministério do Planejamento, Sérgio Mendonça, ignorou as demandas dos professores. Aproveitou o encontro para reafirmar a intenção do governo de reduzir o percentual da folha de pagamento dos servidores em relação ao PIB.

Página 5



Imprensa Andes-SN

Terceirização: crise de volta

Na assembleia, novas denúncias de atraso de pagamento a terceirizados. A partir desta segunda-feira 11, a FND ficará fechada até que o pagamento do pessoal da limpeza esteja regularizado. Página 4



Reitor Eleito

Votação histórica

Roberto Leher obteve mais que o dobro dos votos destinados à chapa adversária: 13.337 contra 6.580

Samuel Tosta - 07/05/2015

Na média ponderada, diferença foi de pouco mais de um ponto percentual

Silvana Sá

silvana@adufrj.org.br

Na véspera do Colégio Eleitoral, momentos de extrema emoção marcaram a apuração, dia 7, dos votos do segundo turno da consulta para a reitoria da UFRJ. De um lado, a chapa 20 "UFRJ Autônoma, Crítica e Democrática", encabeçada por Roberto Leher. De outro, a chapa 30 "Somos todos UFRJ", encabeçada por Denise de Carvalho. Durante três horas, olhares atentos acompanharam urna por urna o que se desenhava para a UFRJ para os próximos quatro anos.

Ao fim da apuração das 120 urnas eletrônicas, era de Roberto Leher, Titular da Faculdade de Educação, a maioria dos votos. Àquela altura, a diferença ponderada era bem pequena: 0,79 ponto percentual (p.p.). Ao fim da contagem dos votos em separado, já após as 22h, em números absolutos, Roberto Leher obteve mais que o dobro do apoio destinado à chapa adversária: 13.337 contra 6.580. A média ponderada passou a ser: 25.007% a 23.897%. Uma diferença de 1,103 ponto percentual. O professor venceu com ampla vantagem entre os estudantes e técnico-administrativos. Enquanto Denise de Carvalho conseguiu 718 votos a mais entre docentes.

Para efeito de comparação: em 2011, a chapa do atual reitor da UFRJ, Carlos Levi, recebeu 1.441 votos de docentes, 2.659 de funcionários técnico-administrativos e 3.517 de estudantes (total de 7.617). Antes, em 2007, a chapa única de Aloisio Teixeira garantiu a reeleição com 9.413 votos (em 2003, foram 10.416).

Até as 10h40, a diferença ponderada entre as chapas era de 0,6 p.p. Havia sido apuradas todas as urnas do CCS. Com os votos do CT e do CCMN, a Chapa 30 chegou a abrir quatro pontos percentuais de vantagem, no cálculo ponderado, sobre a Chapa 20. Ao meio-dia, a chapa de Leher virou a disputa e chegou a uma diferença ponderada de 1,7 p.p em favor do professor. Houve explosiva comemoração entre os apoiadores da Chapa 20, enquanto os da Chapa 30 pareciam não acreditar nos números.



Denise Nascimento e Roberto Leher são saudados, no centro de uma grande roda de correligionários, após a vitória na consulta

Quem é quem

Roberto Leher foi um candidato marcado pela defesa da educação pública. O professor é conhecido articulador do Fórum em Defesa da Escola Pública. Enquanto representante dos professores Titulares do CFCH no Conselho Universitário, fez contundentes críticas à política de ajuste fiscal do governo federal, em defesa da ampliação da assistência estudantil e da representação paritária dos estudantes e técnicos nos conselhos superiores da universidade. Também manifestou-se contra o PNE que destina recursos públicos para a iniciativa privada, contra as parcerias público-privadas e contra a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh). Ele foi um dos professores que assinaram a Proposta Autônoma da UFRJ para os Hospitais Univer-

sitários, quando a Ebserh esteve na pauta do Consuni.

O docente foi presidente da Adufrj-SSind entre os anos de 1997 e 1999, quando Fernando Henrique Cardoso asfixiava as universidades federais. Foi também presidente do Andes-SN

entre 2000 e 2002, assumindo o Sindicato Nacional logo depois de uma gestão governista.

Denise Nascimento é professora Associada do Departamento de Clínica Odontológica da UFRJ. Foi presidenta da Comissão Permanente de Pessoal

Docente (CPPD) no quadriênio 2010-2014. Antes, havia sido eleita representante dos Associados e Adjuntos junto à mesma comissão. Entre 2002 e 2005, integrou o Comitê de Ética e Pesquisa do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho.

TOTAL GERAL						
Categoria	Número de votos					Total de eleitores
	Chapa 20	Chapa 30	Branco	Nulos	Total	
Docentes	1133	1851	37	63	3084	4091
T.A.E.s	2706	1905	30	125	4766	8877
Estudantes	9538	2824	53	94	12509	56634

TOTAL GERAL PONDERADO						
Categoria	Percentual de votos					Total de eleitores
	Chapa 20	Chapa 30	Branco	Nulos	Total	
Docentes	27,695%	45,246%	0,904%	1,540%	75,385%	4091
T.A.E.s	30,483%	21,460%	0,338%	1,408%	53,689%	8877
Estudantes	16,841%	4,986%	0,094%	0,166%	22,087%	56634
Média	25,007%	23,897%	0,445%	1,038%	50,387%	

Memória

Arquivo Adufrj-SSind



Dois momentos de Roberto Leher: em 1998, como presidente da Adufrj-SSind, combatendo a intervenção Vilhena; e, em 2014, durante a abertura do Encontro Nacional de Educação



Samuel Tosta - 08/08/2014



Reitor Eleito

Colégio Eleitoral confirma listas com nomes da chapa 20

De 65 conselheiros, 60 elegeram Leher em primeiro lugar na lista tríplice que será encaminhada para o MEC

Resultado seguiu escolha da comunidade acadêmica

Silvana Sá

silvana@adufrj.org.br

Como parte do burocrático processo de escolha da próxima reitoria da UFRJ, o Colégio Eleitoral (formado por Consuni, CEG, CEPG e Conselho de Curadores) reuniu-se em 8 de maio para formar as listas tríplices de reitor e vice-reitor. Das três chapas que concorreram ao processo de consulta, somente a Chapa 20, vencedora da disputa, apresentou os nomes. Roberto Leher e Denise Nascimento encabeçaram as listagens como candidatos a reitor e vice-reitora, respectivamente. Os professores Eduardo Serra (Escola Politécnica) e Lília Pougy (decana do CFCH) inscreveram seus nomes apenas para completar a lista tríplice para o cargo de reitor. As professoras Leila Rodrigues (Instituto de História) e Maria Malta (Instituto de Economia) também deixaram seus nomes para complementar a lista tríplice para o cargo de vice-reitora.

O reitor Carlos Levi explicou que somente a lista com os nomes dos aptos ao cargo de reitor irá para Brasília. Após a nomeação do MEC (o que, provavelmente, ocorrerá no início de julho), o novo reitor terá a prerrogativa de indicar sua vice-reitora. Antes de prosseguir com os trâmites burocráticos, Levi leu nota já divulgada no site da UFRJ em que parabeniza o reitor eleito e também a comunidade acadêmica que foi às urnas expressar sua vontade. “Parabênize e desejo boa sorte ao novo reitor, à sua vice, Denise Nascimento, e a toda a sua futura equipe, certo de que conduzirão a universidade com grande dedicação, todo o empenho e garra tão bem demonstrada ao longo da campanha eleitoral”. Carlos Levi citou as candidatas Angela Rocha (Chapa 10) e Denise de Carvalho (Chapa 30) que participaram do pleito com “grande generosidade institucional e dedicação à nossa universidade”.

Ativa participação dos segmentos

Roberto Leher declarou ao **Jornal da Adufrj** que esta eleição trouxe de volta o entusiasmo dos segmentos que cons-



Durante o Colégio Eleitoral, o atual reitor da UFRJ, Carlos Levi, cumprimenta Leher

troem a UFRJ. Ele agradeceu a todos que fizeram parte da campanha e que depositaram sua confiança em um projeto coletivo de universidade, especialmente os estudantes: “Essa eleição certamente será lembrada pelas próximas gerações como a que envolveu a maior participação da comunidade universitária e, seguramente, como uma eleição na qual quem deu o tom do processo político, a vitalidade, a energia criadora, foram os estudantes. Nossos estudantes participaram de forma extraordinária e emocionante desse processo”.

Leher destacou a importância dos debates travados que demonstraram estar a

universidade diante de “dois projetos distintos”: “(Os segmentos) perceberam que havia dois projetos antagônicos de universidade. Não por acaso o tema da Ebserh ganhou tanta centralidade nos debates. A Chapa 30 foi constituída por aquele núcleo que liderou a campanha pró-Ebserh, enquanto a Chapa 20 foi organizada e estruturada por aqueles que se opuseram à Ebserh. São concepções distintas sobre a relação público-privada e até mesmo sobre a autonomia. As pessoas perceberam essas diferenças e votaram de maneira esclarecida”.

Unidade

O reitor eleito afirmou que,

passado o processo eleitoral, buscará dialogar com as diferentes visões de universidade. “Queremos seguir debatendo. As diferentes perspectivas de universidade são legítimas. Estamos diante de uma crise financeira na universidade, algumas universidades já declaram que estarão sem verbas a partir de agosto. Outras, a partir de setembro. Isto vai gerar uma crise de enorme proporção nas universidades. Temos que atuar em busca da unidade, na defesa da instituição. Para isso, toda a comunidade acadêmica precisa estar junta para que a UFRJ tenha uma ação mais efetiva e protagonista junto ao Ministério da Educação”.

Minirreforma administrativa

Uma das propostas de destaque da chapa eleita corresponde a alterações da estrutura administrativa da universidade: a criação de uma Pró-reitoria de Assuntos Estudantis e a junção da Prefeitura Universitária e do Escritório Técnico da Universidade sob uma coordenação com status de pró-reitoria.

Do ponto de vista político, Leher tem ousado projeto de realizar um congresso universitário, cuja participação de professores, técnicos e estudantes se dará com igualdade de peso, voz e voto. Este congresso tem como perspectiva ser o pontapé inicial de um grande processo de Estatuinte para modificar o arcaico regulamento da UFRJ, que data do período da ditadura empresarial-militar. Os dois últimos reitores (Aloisio Teixeira e Carlos Levi) tentaram levar adiante uma Estatuinte, mas não encontraram espaço político próspero.

Crescimento da participação

Luciano Coutinho, professor da FACC, desempenhou a função de presidente da Comissão de Coordenação do Processo Sucessório (CCPS). Ao longo do complexo processo de escolha da nova reitoria, Coutinho ajudou a conduzir debates e a organizar a consulta, em dois turnos. “Foi um processo em que houve um crescimento na participação de todos os segmentos, em especial o dos estudantes. Para este segundo turno, as duas chapas conseguiram mobilizar a universidade para participar dos debates, discutir as propostas”, avalia.

Ele observou o empenho das unidades em adequar os horários para que o maior número de pessoas pudesse participar da consulta e agradeceu a participação. “É muito difícil conseguir montar um processo tão grande, com tantas urnas e tendo a necessidade de ter três pessoas por cada mesa de votação. Seria impossível sem o efetivo empenho dos segmentos. E, fundamentalmente, agradeço a atuação séria e comprometida dos membros da CCPS”.

Por fim, o professor destacou ter sido esta a primeira vez em que o voto foi aberto no Colégio Eleitoral. “Isto reforçou a democracia interna e reafirmou a importância do processo de escolha da comunidade acadêmica”.



Coutinho (em primeiro plano) agradeceu aos colegas da CCPS

ADUFRJ-SSIND

Assembleia Geral aprova paralisação do dia 14

Próxima AG acontece na mesma data; antes e depois, haverá reuniões de Unidade

Professores denunciam volta da crise da terceirização

Samantha Su
Estagiária e Redação

A gravidade da conjuntura exige a participação dos professores da UFRJ em uma paralisação de 24 horas marcada para esta quinta-feira, 14 de maio. Este foi o entendimento da Assembleia Geral da Adufrj-SSind de 8 de maio, na Escola de Serviço Social, sobre o calendário proposto pelo Setor das Federais do Andes-SN — nesta data, está marcada uma reunião dos servidores públicos federais com o Ministério do Planejamento, em Brasília.

No mesmo dia 14, também vai acontecer a próxima assembleia dos professores da universidade (local e horário serão divulgados no site e nos perfis da entidade nas redes sociais). Após a assembleia do dia 14, haverá um ato dos SPFs no Centro do Rio.

Será incentivada a realização de reuniões de Unidade, antes e depois da AG. O objetivo é fomentar discussões que aprofundem o debate acerca da necessidade urgente de enfrentar os problemas atuais envolvendo políticas educacionais, condições de trabalho, carreira e salários.

E, agora, mais do que há três anos, há motivos de sobra para o engajamento: Medidas Provisórias 664 e 665, que restringem direitos trabalhistas e previdenciários; Supremo Tribunal Federal liberando a atuação das organizações sociais na Saúde e na Educação; recebimento, em março, da última parcela da péssima lei (nº 12.772) das carreiras; e avanço da terceirização, entre outros motivos.

Voltou a crise da terceirização

A crise da terceirização, que já adiou o início do primeiro período letivo deste ano, parece ter voltado com força à universidade. Foram vários os relatos de Unidades com poucos funcionários de lim-

peza. Já se sabe, por exemplo, que o prédio da Faculdade Nacional de Direito estará fechado, a partir deste dia 9, por falta de pagamento dos funcionários terceirizados. Serão suspensas todas as atividades administrativas e de ensino, pesquisa e extensão, de graduação e de pós-graduação até que a situação seja regularizada.

Reforçando o apoio aos professores do Paraná

Uma moção reforçando o apoio à luta dos professores do Paraná será elaborada.

Congresso da CSP-Conlutas

A assembleia do dia 8 também formou a delegação da Adufrj-SSind para o Congresso da CSP-Conlutas, marcado para junho. Serão delegados: Cristina Miranda; Cleusa Santos, Cláudio Ribeiro; Luciano Coutinho; Sara Granemann. Observadores: Vera Salim; Eduardo Serra; Elidio Borges; Leila Leal; Regina Pugliese; Roberto Leher; Mariana Trotta e Eunice Bomfim; e Salatiel Menezes.

Dia de Paralisação

Quinta-feira
14/5

Assembleia
Geral
+

Ato no Centro

(locais e horários
serão divulgados
no site e nos perfis
da Adufrj-SSind nas
redes sociais)

Após muitos anos, um 1º de maio unificado no Rio de Janeiro

Um grande palco montado aos pés dos famosos Arcos da Lapa reuniu representantes das forças da esquerda que até pouco tempo atrás não conseguiam dialogar. O 1º de maio unificado, que não ocorria há muitos anos no Rio de Janeiro, foi motivado pela luta contra o Projeto de Lei 4.330 (que amplia a terceirização no país) e contra as Medidas Provisórias 664 e 665 (que restringem direitos trabalhistas e previdenciários).

Claro que as divergências apareceram, mas, ao longo da tarde/noite, prevaleceu o argumento de que somente a unidade dos trabalhadores poderá impedir a perda de direitos duramente conquistados.

Assim, foi possível ao público ouvir, por exemplo, um representante da CUT e, logo depois, um dirigente da CSP-Conlutas. Um orador da Assembleia Nacional dos Estudantes - Livre (ANEL) foi precedido por um diretor da UNE. Lideranças dos partidos que dão base ao governo (PT e PCdoB) revezaram o microfone com nomes de legendas que fazem oposição à gestão Dilma Rousseff, como PSOL, PCB e PSTU.



Samuel Tosta - 01/05/2015

Diretor da Regional Rio de Janeiro do Andes-SN, Wellington Augusto da Silva, no ato da Lapa

JURÍDICO

Professores, atenção ao golpe!

A Polícia Civil de Minas Gerais prendeu, no final de abril, uma quadrilha de estelionatários que aplicava golpes em professores universitários aposentados residentes em Belo Horizonte e em Juiz de Fora.

Segundo a polícia, os golpistas diziam ser advogados de ações judiciais das vítimas e comunicavam o sucesso nas ações. No entanto, os professores precisavam depositar valores para o levantamento de quantia (maior) depositada em juízo.

Os valores devidos em ações judiciais, quando disponíveis, independem do pagamento de quantias prévias para sua liberação, avisa a Assessoria Jurídica da Adufrj-SSind. As quantias devidas em processos referem-se a custas judiciais e geralmente são pagas ao longo do processo (não ao seu final, como condição para o pagamento). Se houver qualquer dúvida o docente pode entrar em contato com a assessoria, nos plantões jurídicos oferecidos pela entidade, para que sejam prestados os devidos esclarecimentos.

IV Seminário Estado e Educação

Com o objetivo de aprofundar o debate acerca das políticas educacionais, reconfiguradas a partir da contrarreforma do Estado e da ofensiva do capital sobre os trabalhadores, o Andes-SN realiza, nos dias 29 e 30 de maio, o IV Seminário Estado e Educação. O encontro acontecerá na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em Florianópolis.

Aula Magna terá Pedro Dallari

Nesta terça-feira, 12 de maio, a Aula Magna do Ano Letivo de 2015, na UFRJ, será ministrada pelo professor Pedro Abreu Dallari, atual coordenador da Comissão Nacional da Verdade. O evento está marcado para 9h30, no Auditório Horta Barbosa (bloco A) do Centro de Tecnologia, na Cidade Universitária.

Em seguida, às 11h15, haverá um informe da Comissão da Memória e da Verdade da UFRJ. Também será feita a entrega simbólica da matrícula a Jaime Leis Santiago, estudante afastado durante o regime militar — e entrevistado pelo **Jornal da Adufrj** nº 855 (em agosto de 2014).

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

Diretoria da Adufrj-SSind Presidente: Cláudio Ribeiro 1º Vice-Presidente: Luciana Boiteux 2º Vice-Presidente: Cleusa Santos 1º Secretário: José Henrique Sanglard 2º Secretário: Romildo Bomfim 1º Tesoureiro: Luciano Coutinho 2º Tesoureira: Regina Pugliese **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND** Colégio de Aplicação Renata Lúcia Baptista Flores; Maria Cristina Miranda **Escola de Serviço Social** Mauro Luis Iasi; Luis Eduardo Acosta Acosta; Henrique Andre Ramos Wellen; Lenise Lima Fernandes **Faculdade de Educação** Claudia Lino Piccinini; Andrea Pentead de Menezes; Alessandra Nicodemos Oliveira Silva; Filipe Ceppas de Carvalho e Faria; Roberto Leher **Escola de Comunicação** Luiz Carlos Brito Paternostro **Faculdade de Administração e Ciências Contábeis** Antônio José Barbosa de Oliveira **Instituto de Economia** Alexis Nicolas Saludjian **Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional** Cecília Campello do Amaral Mello **Faculdade Nacional de Direito** Mariana Trotta Dallalana Quintans; Vanessa Oliveira Batista **Faculdade de Arquitetura e Urbanismo** Eunice Bomfim Rocha; Luciana da Silva Andrade; Sylvia Meimaridou Rola; André Orioli Parreiras **Escola de Belas Artes** Patrícia March de Souza; Carlos de Azambuja Rodrigues **Faculdade de Letras** Gumercinda Nascimento Gonda; Vera Lucia Nunes de Oliveira **Escola de Educação Física e Desportos** Luis Aureliano Imbiriba Silva; Alexandre Palma de Oliveira; Marcelo Paula de Melo; Michele Pereira de Souza da Fonseca **Escola de Enfermagem Anna Nery** Walcyr de Oliveira Barros; Gerson Luiz Marinho **Coppe** Vera Maria Martins Salim **Escola Politécnica** José Miguel Bendrao Saldanha; Eduardo Gonçalves Serra **Coordenador de Comunicação** Luiz Carlos Maranhão **Editor Assistente** Kelvin Melo de Carvalho **Reportagem** Silvana Sá e Elisa Monteiro **Projeto Gráfico e Diagramação** Douglas Pereira **Estagiários** Filipe Ferreira Galvão e Samantha Su **Tecnologia da Informação:** Renato Souza **Tiragem** 4.000 **E-mails:** adufrj@adufrj.org.br secretaria@adufrj.org.br **Redação:** comunica@adufrj.org.br **Cadernos Adufrj:** revista@adufrj.org.br **Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

CAMPANHA SALARIAL

Governo sem respostas

Em reunião com o Andes-SN, secretário do Ministério do Planejamento nada falou das demandas docentes. Ele apenas reafirmou a intenção do governo em reduzir o percentual da folha de pagamento dos servidores em relação ao PIB

Uma nova reunião está prevista para junho

Em reunião com o Andes-SN no dia 6, os representantes da Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SRT/MPOG) não apresentaram resposta alguma à pauta de reivindicações já protocolada pelo Sindicato Nacional. O detalhe é que o encarregado da SRT/MPOG, Sérgio Mendonça, afirmou conhecer as demandas dos docentes federais.

A falta de retorno foi duramente criticada pela representação do Sindicato Nacional. Na abertura do encontro, Marinalva Oliveira, 1ª vice-presidente do Andes-SN, também questionou a ausência de integrantes do Ministério da Educação (MEC) na mesa. O Andes-SN reconhece o MEC como interlocutor oficial

do governo para as pautas relativas à educação e argumenta que várias das demandas apresentadas não poderiam ser respondidas somente pelo MPOG.

Marinalva fez um resgate histórico de todo o processo de negociações do Andes-SN com o governo, suspenso unilateralmente em 2014, logo após a Secretaria de Ensino Superior do MEC reconhecer os princípios conceituais que o Sindicato Nacional propunha para a reestruturação da carreira docente. Ela ressaltou que a recusa do MEC em receber o Sindicato Nacional, desde então, caracterizava a falta de disposição do governo para negociar efetivamente a pauta dos docentes federais. Situação que tem intensificado a indignação e descrença dos docentes.

Além da reestruturação da carreira e valorização salarial, o Andes-SN pautou ainda a necessidade de solução efetiva à precarização das condições de

Sérgio Mendonça reafirmou a intenção do governo em reduzir o percentual da folha de pagamento em relação ao PIB e novamente vinculou a discussão da reestruturação da carreira ao seu impacto financeiro

trabalho e da infraestrutura nas Instituições Federais de Ensino (IFE). Cobrou do Planejamento a previsão de abertura de vagas para docentes e técnicos nas

IFE para 2015 e 2016. Claudia March, secretária geral do Andes-SN, reforçou a necessidade de correção das perdas salariais dos aposentados, decorrentes da desestruturação da carreira aprofundada pela lei 12.772/2012.

Sérgio Mendonça reafirmou a intenção do governo em reduzir o percentual da folha de pagamento em relação ao PIB e novamente vinculou a discussão da reestruturação da carreira ao seu impacto financeiro. Os representantes da SRT/MPOG sinalizaram que a previsão do governo para uma nova reunião sobre a pauta específica dos docentes estava prevista apenas para o mês de junho, quando terão possibilidade de avaliar o espaço orçamentário.

Na avaliação de Claudia March, a reunião não trouxe novos elementos e comprovou a estratégia do governo em postergar o processo de negociação. “Eles só nos ouviram e não apresentaram nada de concreto, apenas

um calendário que se estende por três meses, com previsão de nova reunião apenas em junho”, explicou a secretária geral do Andes-SN.

Claudia ressaltou que é fundamental a participação do MEC no processo de negociação e que o processo se dê inicialmente com base nos conceitos de reestruturação da carreira. “Na nossa avaliação, não se deve iniciar a discussão pelo impacto orçamentário, mas sim pelo debate dos pontos da reestruturação da carreira que os docentes demandam e vem orientar as negociações. Por óbvio que em algum momento isso gera um debate sobre impacto financeiro, mas não devemos partir daí, como quer o Planejamento”, disse.

A secretária geral do Andes-SN contou que a categoria está em crescente indignação e que a ausência de negociação está se transformando em mobilização. **(Fonte: Andes-SN. Edição: Adufrj-SSind)**



Na reunião do dia 6, o secretário de Relações do Trabalho do MPOG, Sérgio Mendonça (à dir.), reafirmou o discurso de ajuste fiscal do governo federal

Dia de Paralisação está marcado para o dia 14

No próximo dia 14, acontece nova reunião entre o Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (SPF) e a SRT/MPOG. A data será marcada por ato nacional em

Brasília, durante a reunião com o MPOG, para pressionar o governo a avançar na negociação do conjunto de demandas do funcionalismo público. Logo após, acontecerá, a partir das 14h, a reunião ampliada do

Fórum dos SPF. As seções sindicais do Andes-SN também devem se somar ao processo de articulação e organização dos SPF nos estados, sendo linha de frente na realização das diferentes atividades

de base, como as assembleias e atos nas suas cidades, com a pauta definida pelo Setor das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) para o Dia Nacional de Paralisação nas IFE, que ocorre na mesma data.

A Assembleia Geral da Adufrj-SSind, realizada no dia do fechamento desta edição, deliberou pela paralisação no dia 14 — leia mais na página ao lado **(Fonte: Andes-SN. Edição: Adufrj-SSind)**

TERCEIRIZAÇÃO

O trabalhador descartável

Em aula pública, no dia 30 de abril, Faculdade Nacional de Direito debateu a terceirização

Grupo de pesquisa da unidade elabora documento contra o PL 4.330

Filipe Galvão
Estagiário e Redação

Na véspera do Dia do Trabalhador, estudantes, professores e organizações ligadas ao Direito reuniram-se em uma aula pública, na FND-UFRJ, para discutir os retrocessos do Projeto de Lei 4.330 (em tramitação no Congresso Nacional), que amplia a terceirização no Brasil.

Se vingar este modelo básico de contratação e exploração do trabalho, será fundado o paradoxo da “reunião sem união”. O alerta foi lançado pelo professor Ivan Garcia, professor da própria FND.

A condição de trabalhadores intermitentes, manejados segundo regras e interesses das empresas mediadoras do contrato, é só um dos problemas da atual reorganização do trabalho e acúmulo de capital. A fim de evitar o efeito indesejado da concentração de trabalhadores impulsionado pelo modelo fordista de produção, que levava à identificação e união proletária, o modelo de produção foi se descentralizando. O trabalho terceirizado surge como pedra de roseta dessa produção fluida.

A aula pública tratou de contextualizar os ataques aos trabalhadores e identificar os atores e vítimas, causas e consequências das violações aos direitos trabalhistas já em curso. Escravos em canteiros de obras, funcionários sem salário, demissões em massa, acidentes fatais por falta de treina-



Marco Fernandes - 30/04/2015

De pé, professora Sayonara Grillo foi uma das organizadoras da aula pública na FND

mento, sequestro da previdência dos professores estaduais do Paraná, sobram exemplos à lista de ofensiva à classe trabalhadora.

E, como os palestrantes fizeram questão de observar, a gravidade da situação não está nada distante da universidade. A RENAPEDTS (Rede Nacional de Pesquisas e Estudos em Direito do Trabalho e da Seguridade Social) apresentou um documento segundo o qual a UFRJ já figurou em casos de uso de trabalho em condições análogas a de escravo, como resultado da terceirização.

Por sua vez, o presidente da Adufrj-SSind, Cláudio Ribeiro, apontou que o PL da terceirização é mais um elemento da atual série de ataques à classe trabalhadora do país. Como exemplo, ele lembrou o sequestro da previdência dos professores estadu-

ais do Paraná, massacrados pela polícia do governador Beto Richa (PSDB), enquanto lutavam por seus direitos. “A terceirização do futuro dos trabalhadores também está acontecendo”, completou Cláudio.

A desembargadora Salete Maccalóz e o Procurador do Trabalho Rodrigo Carelli — que concedeu uma entrevista ao **Jornal da Adufrj** anterior, já no site e no perfil da Seção Sindical nas redes sociais —, ambos professores da FND, engrossaram o coro de que a terceirização é mais um mecanismo que prejudica os trabalhadores. “Quando nós lutamos somente contra a PL 4.330, nós estamos aceitando a morte de outros trabalhadores. Nós deveríamos lutar contra toda e qualquer terceirização”, disse Carelli. Ele deu o exemplo

dos funcionários mortos enquanto limpavam os tanques de um navio-plataforma da Petrobrás no litoral do Espírito Santo, em fevereiro deste ano: “A terceirização dos serviços de conservação e limpeza é um resultado de nossa sociedade escravocrata”, criticou o procurador.

Diretor do DCE Mário Prata, Gabriel Ferreira afirmou que a recém-criada entidade dos trabalhadores terceirizados da UFRJ, liderada por mulheres negras e pobres, é um dos mais importantes mecanismos de luta a serem construídos.

O debate na faculdade também contou com a professora Daniele Gabrich, Ana Luisa Palmisciano (assessora jurídica da Adufrj-SSind) e um representante do sindicato dos advogados.

Dez não à terceirização

O grupo de pesquisa Configurações Institucionais e Relações de Trabalho (CIRT), coordenado pela professora Sayonara Grillo, organizadora do evento da FND, elaborou um documento com 10 motivos para barrar o PL 4.330.

A professora lembrou que “esse projeto de lei faz uma dupla fraude à Constituição: além de privatizar o público, permite a delegação de trabalho a terceiros sem concurso público. A terceirização é sinônimo de falta de isonomia, é sinônimo de desigualdade”.

1 – Não regulamentar: O trabalho terceirizado já é regulamentado pela súmula 331 do TST e não permite a sua ampliação para atividades-fim como quer o projeto.

2 – Aumento da Jornada de Trabalho: Pesquisa da CUT/Dieese aponta que trabalhadores terceirizados têm jornadas de trabalho 7% maiores, em média.

3 – De empresários para empresários: 86% (164) dos integrantes da bancada empresarial garantiram a votação do PL 4.330 na Câmara dos Deputados.

4 – Desarticulação dos Sindicatos: Terceirizados e contratados diretamente têm padrões e sindicatos distintos. Greves e negociações conjuntas enfrentam mais dificuldades.

5 – Alta rotatividade: o PL 4.330 prevê a chamada “flexibilização global”, um incentivo à rotatividade.

6 – Aumento do Desemprego: Terceirizados trabalham, em média, três horas a mais, logo, menos trabalhadores são necessários.

7 – Multiplicação da Escravidão: Entre 2012 e 2014, 90% dos trabalhadores resgatados dos dez maiores flagrantes de uso de trabalho escravo contemporâneo eram terceirizados. (fonte: MTE)

8 – Redução Salarial: Terceirizados têm, em média, salários 27% menores. (CUT/Dieese)

9 – Mais gastos: A terceirização aumenta os acidentes de trabalho e doenças ocupacionais e sobrecarregam a previdência.

10 – Menos Arrecadação: O recolhimento de PIS, Cofins e FGTS será reduzido.

Na UFRJ, demissão não justificada

Samantha Su
Estagiária e Redação

Apresentada à reportagem da Adufrj-SSind nos últimos dias, a carta de um professor da Coppe reforça o argumento de que existe perseguição aos funcionários terceirizados organizados para cobrar seus direitos. E dá uma boa ideia do que poderá acontecer a muitos trabalhadores brasileiros com o aprofundamento da terceirização, via projeto de lei nº 4.330 (em tramitação no Congresso Nacional).

Terezinha da Costa, uma das principais líderes da luta dos trabalhadores terceirizados da UFRJ, recebeu aviso prévio da empresa Qualitécnica em 24 de abril. Sem justificativas. E a carta do coordenador do Laboratório de Transmissão e Tecnologia do Calor da Coppe, professor Helcio Orlande, descarta qualquer relação entre a demissão e um suposto mau desempenho dela no serviço. Para ele, o trabalho da funcionária (lotada no LTTC há aproximadamente um ano) é feito com “profissionalismo, seriedade, pontualidade e assiduidade”. Ele com-

pleta: “Portanto, a demissão da Sra. Terezinha da Costa pelo seu empregador, Qualitécnica Empresa Nacional de Serviços Ltda, não teve qualquer relação com o desempenho das atividades dela no LTTC/PEM/Coppe/UFRJ, principalmente pelo fato de não me ter sido solicitada qualquer avaliação da referida funcionária”.

Terezinha é hoje diretora da Associação dos Trabalhadores Terceirizados da UFRJ (ATTUFRJ), fundada em 29 de abril, entidade que pretende garantir os direitos do segmento. Além de estar com valores

do vale-transporte e tíquete-alimentação atrasados, ela ainda sofreu alteração no aviso prévio: “Fui coibida a assinar um aviso prévio de 17 de abril, mas só fui comunicada no dia 24. Segundo o encarregado, ele me procurou no dia 17 e não me achou”, critica.

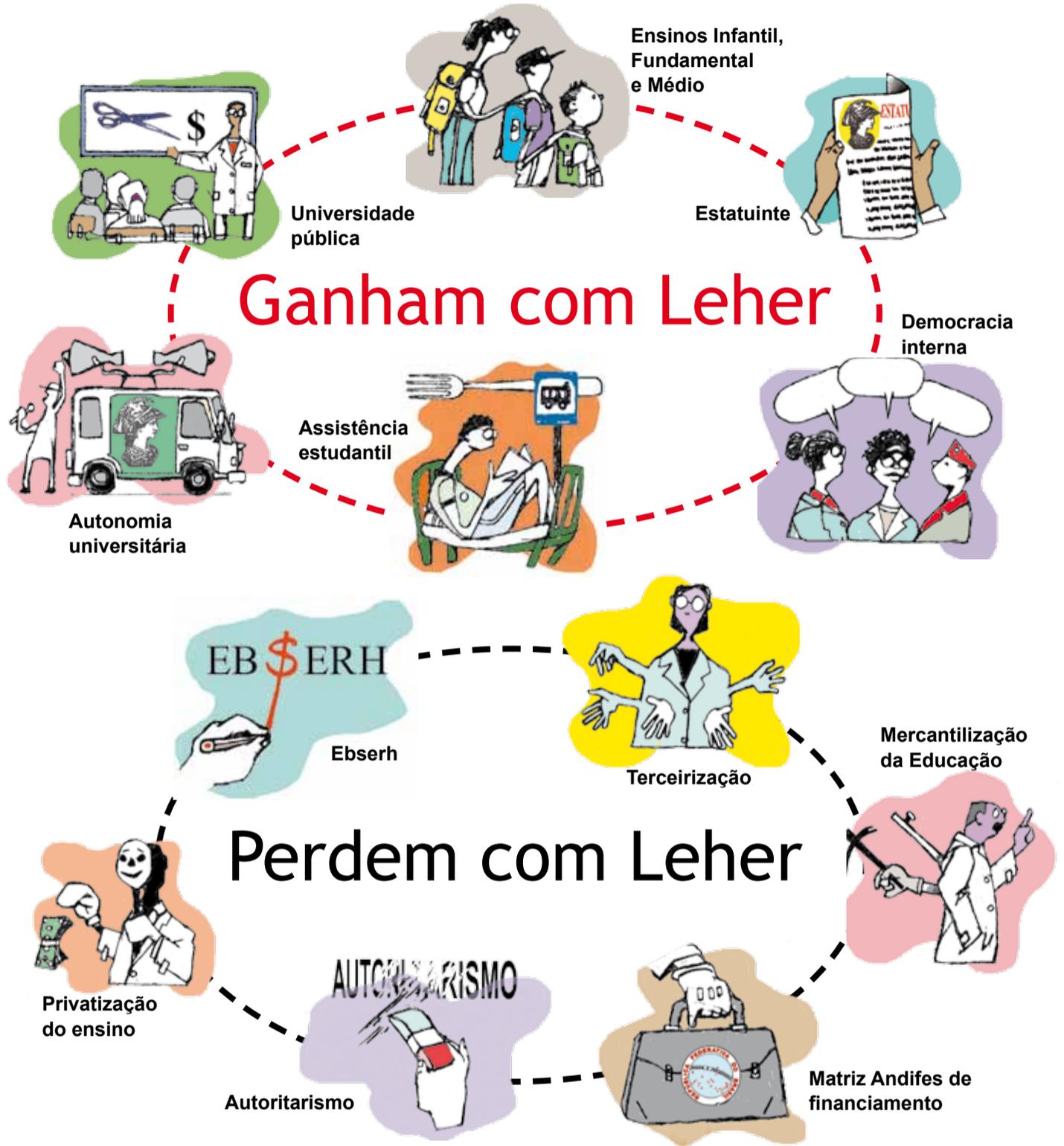
Para Terezinha, estes demandos precisam acabar: “Essas empresas não podem mandar mais aqui do que os professores, técnicos e estudantes. Hoje, a Qualitécnica faz o que quer com seus empregados e a UFRJ continua com esses contratos”, explica.

PAINEL ADUFRJ DA REDAÇÃO

A primavera da UFRJ

Pela alta voltagem, quem apostou nas propostas da Chapa 20 considera que a UFRJ, no plano político, se prepara para viver uma espécie de primavera – para invocar a imagem que definiu mudanças em algumas áreas do planeta em tempos recentes. Com todos os desafios que a analogia traduz. Não há notícias na história desta universidade de protagonismo estudantil tão relevante na eleição de um reitor. E a proposta de realização de um congresso – com participação equânime dos três segmentos – cuja meta é sacudir o ar bolorento de bolsões carcomidos na UFRJ, traz esperança.

Para além de seus méritos acadêmicos, Roberto Leher, de 54 anos, é um humanista, de trajetória marcada organicamente pelo vínculo com o movimento social, com claras preocupações com o inferno da desigualdade que sempre prosperou na sociedade brasileira. O mais curioso é que a vitória desse projeto para governar a maior universidade federal do país ocorre precisamente quando a sociedade experimenta as sombras do obscurantismo da conjuntura conservadora.



Ameaça de despejo

Estudantes de Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social (GPDES), curso criado no âmbito do Reuni, estão sendo ameaçados de despejo dos contêineres onde assistem às suas aulas. A UFRJ atrasou o pagamento do aluguel e a empresa tentou retirar os “caixotes” da universidade. O prédio que deveria abrigar o curso, assim como o de Biblioteconomia, ainda está no esqueleto. Ele deveria ter sido entregue à comunidade em 2013. Essa semana, representantes do curso tiveram reunião com a pró-reitora de Gestão e Governança, Araceli Cristina Ferreira, que disse ter conseguido renegociar a dívida.

A Adufrj-SSind vem apontando, há tempos, o problema da terceirização do espaço universitário pelo modelo dos contêineres.



Alunos do GPDES levaram faixa ao Colégio Eleitoral

Marco Fernandes - 08/05/2015

Plebiscito derruba Ebserh no Sul

A comunidade universitária da Universidade Federal de Santa Catarina decidiu contra a adesão do Hospital Universitário à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) por meio de consulta pública. No total de 8.731 votos, 6.168 (70,59%) foram contrários à adesão e 2.548 (29,18%) foram favoráveis, com 15 votos em branco (0,23%). Com o resultado por categoria, 75,62% dos estudantes votaram pela não adesão e 25,3% pela adesão. Dos técnicos-administrativos, 68,34% foram contrários e 28,67% foram favoráveis. Já entre os docentes, foram 37,94% pelo “não” e 58,51% pelo “sim”.

MOVIMENTO DOCENTE

Momento de reflexão sobre o Congresso da CSP-Conlutas

Mais de 130 professores de todo o país reuniram-se em Brasília para fazer propostas ao 2º Congresso da central

Silvana Sá - 02/05/2015

Evento está marcado para o início de junho

Silvana Sá

silvana@adufjrj.org.br

Refletir de maneira democrática e orgânica a atuação do Andes-SN na CSP-Conlutas, além de ajudar, com propostas organizativas e plano de ação, no fortalecimento da central. Este foi o objetivo do 7º Conad Extraordinário da categoria realizado nos dias 2 e 3 de maio, em Brasília (DF). O Conselho preparou as contribuições ao 2º Congresso da CSP-Conlutas, marcado para 4 a 7 de junho, em Sumaré (SP).

O 7º Conad Extraordinário foi convocado pelo 34º Congresso do Andes-SN, ocorrido em fevereiro. E reforçou a conscientização dos docentes sobre a importância de construir uma central combativa e que seja um efetivo polo de resistência da classe trabalhadora.

Um dos encaminhamentos aprovados no Conad Extraordinário foi o Plano de Lutas e Ação que será apresentado como proposta do Sindicato Nacional à CSP-Conlutas. Ele prevê a intensificação de atividades e políticas unitárias com outras entidades e movimentos sociais classistas para organizar as lutas dentro de uma orientação anticapitalista. Defende, também, a busca pela “mais ampla unidade na luta em defesa do emprego, contra o ajuste fiscal e os ataques aos direitos dos trabalhadores, as terceirizações e toda sorte de precarização do trabalho”. A defesa autonomia sindical (nos termos da Convenção 87 da OIT) foi citada como necessário foco de atuação da central. O texto manifesta o posicionamento contrário à “estrutura sindical verticalizada e de Estado” e ao imposto sindical. Também sugere denunciar a mercantilização da educação, intensificação e precarização do trabalho dos profissionais do setor e que a central mantenha a defesa do princípio da autonomia em relação a governos e partidos políticos.



Conad Extraordinário aprovou Plano de Lutas e Ação para Congresso da CSP-Conlutas

O 7º Conad Extraordinário contou com a participação de

42 Seções Sindicais representadas por

38 Delegados

64 Observadores.

Houve, ainda, a presença de 34 diretores do Sindicato Nacional.

Entre as moções, repúdio à violência no Paraná

Foram aprovadas 14 moções durante o evento que reuniu professores de todo o Brasil. Cinco dessas moções eram em apoio às greves de profissionais da educação dos estados de São Paulo, Santa Catarina, Pernambuco, Pará e do município do Macapá. Houve também moção em repúdio a atos violentos como: a invasão e violência policial ao campus da UFSC em 25 de março,

que deixou vários feridos; o assassinato da liderança indígena Adenilson da Silva Nascimento, na Bahia; a prisão de liderança estudantil em Cochabamba (Bolívia) por denunciar as condições precárias das universidades daquele país; a agressão sofrida pelas professoras Vera Jacob e Suelene Pavão (UFPA) quando um grupo tentava criar um sindicato chaparrada na instituição.

A Aduff-SSind propôs moção contra as medidas da reitoria da Federal Fluminense que coíbe ações do sindicato dos técnico-administrativos daquela instituição. E, também, em repúdio ao MPOG pelo convite ao Proifés para a reunião do dia 6 que discutiu com o Andes-SN as questões relativas à pauta de reivindicações dos professores federais (leia mais na página 5).

Proposta de greve geral está na mesa

No primeiro dia, os docentes atualizaram a análise de conjuntura do Sindicato Nacional. Foi unânime a avaliação de que este é um momento de aprofundamento dos ataques à classe trabalhadora. E que,

para barrar a retirada sistemática de direitos, é fundamental uma resposta contundente e unificada. “O que está posto é a necessidade de construção de um caminho de unidade, com protagonismo da classe traba-

lhadora. A perspectiva de unificação tem sido apresentada na forma de uma greve geral”, disse Paulo Rizzo, presidente do Andes-SN.

Nas universidades federais, os debates a respeito de uma

eventual greve começaram após o Setor das Ifes encaminhar um indicativo de greve para o fim de maio. Mas com perspectivas de unificação ao conjunto dos servidores públicos federais.